DocuSign Envelope ID: 68E3314E-4F7B-436C-867B-ACE147A8EEE5

Solfarma Comércio de Produtos Farmacêuticos S.A.

CNPJ nº 46.054.219/0001-74

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais mil)

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	31.583	13.061
Clientes	6	240.107	194.962
Estoques	7	243.166	189.247
Tributos a recuperar	-	1.644	2.673
Adiantamentos e outros recebíveis	-	1.980	386
Outras contas a receber	8	8.937	6.056
Total do ativo circulante		527.417	406.385
Ativo não circulante			
Adiantamentos e outros recebíveis	-	2.020	-
Investimentos	-	993	582
Propriedades para investimento	11	3.500	-
Imobilizado	9	40.263	42.533
Intangível	10	5.174	6.581
Total do ativo não circulante		51.950	49.696
Total do ativo		579.367	456.081

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2023	2022
Passivo circulante			
Fornecedores	12	295.919	265.661
Arrendamentos a pagar	9 (a)	9.910	7.974
Empréstimos e financiamentos	13	76.162	20.092
Obrigações trabalhistas	15	7.508	5.626
Tributos a recolher	16	4.151	5.153
Outras contas a pagar	-	709	1.472
Total do passivo circulante		394.359	305.978
Passivo não circulante			
Arrendamentos a pagar	9 (a)	14.912	20.722
Empréstimos e financiamentos	13	7.494	11.351
Tributos a recolher	16	3.834	5.091
Debêntures a pagar	14	64.253	63.880
Outras contas a pagar	-	2.432	-
Total do passivo não circulante		92.925	101.044
Patrimônio líquido			
Capital social	17	6.382	6.382
Reserva legal	-	1.276	1.226
Reserva de incentivos fiscais	-	84.425	39.099
Retenção de lucros	-	-	2.352
Total do patrimônio líquido		92.083	49.059
Total do passivo e patrimônio líquido		579.367	456.081

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

	Notas	2023	2022
Receita líquida das vendas	18	1.681.992	1.401.999
Custo dos produtos vendidos	19	(1.386.262)	(1.151.711)
Lucro bruto		295.730	250.288
Despesas comerciais, gerais e administrativas	20	(201.950)	(164.772)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	(413)	2.051
Lucro operacional antes do resultado financeiro		93.367	87.567
Despesas financeiras		(40.920)	(35.316)
Receitas financeiras		6.546	3.473
Resultado financeiro líquido	21	(34.374)	(31.843)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		58.993	55.724
Imposto de renda e contribuição social	24	(5.014)	(6.025)
Lucro líquido do exercício		53.979	49.699
Lucro por ação		8,46	7,79

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	53.979	49.699
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	53.979	49.699

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	6.382	923	-	11.020	-	18.325
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	49.699	49.699
Lucros distribuídos	-	-	-	(8.668)	(10.297)	(18.965)
Reserva legal	-	303	-	-	(303)	-
Reserva incentivos fiscais	-	-	39.099	-	(39.099)	-
Saldos em 31/12/2022	6.382	1.226	39.099	2.352	-	49.059
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	53.979	53.979
Lucros distribuídos	-	-	-	(2.352)	(8.603)	(10.955)
Reserva legal	-	50	-	-	(50)	-
Reserva incentivos fiscais	-	-	45.326	-	(45.326)	-
Saldos em 31/12/2023	6.382	1.276	84.425	-	-	92.083

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	53.979	49.699
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	14.911	9.436
Baixa de imobilizado	166	2.253
Resultado na alienação de propriedade para investimento	-	67
Juros provisionados	25.414	21.955
Baixa de contas a receber	1.536	1.425
Movimentações de arrendamento	(27)	(136)
Juros de arrendamento	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Clientes	(46.681)	(46.617)
Estoques	(53.919)	(49.497)
Tributos a recuperar	1.029	(1.199)
Outras contas a receber	(6.495)	(1.288)
Fornecedores	30.258	86.949
Obrigações trabalhistas	1.882	812
Tributos a recolher	(2.259)	6.242
Outras contas a pagar	1.669	(2.015)
Juros pagos	(25.040)	(21.210)
Fluxo de caixa aplicado nas (oriundo das) atividades operacionais	(3.577)	56.876
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado (desconsiderando efeito arrendamentos)	(5.298)	(16.064)
Aquisição de propriedades para investimento	(3.500)	1.700
Aquisição de investimentos	(411)	69
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(9.209)	(14.295)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	149.814	273.550
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(97.602)	(288.761)
Pagamentos de arrendamentos	(9.949)	(5.142)
Lucros distribuídos	(10.955)	(18.965)
Fluxo de caixa oriundos das (aplicado nas) atividades de financiamento	31.308	(39.318)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	18.522	3.263
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.061	9.798
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.583	13.061
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	18.522	3.263

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Solfarma Comércio de Produtos Farmacêuticos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima do tipo fechada, regida pelo disposto em seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). Em 11 de janeiro de 2021 incorporou a empresa J. Moreira Comercial de Alimentos Ltda. (Incorporada), mediante aprovação do protocolo de incorporação e justificação, diante da expectativa de significativos ganhos operacionais e de sinergia. A Companhia tem por objeto social a exploração no ramo de comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia, comércio atacadista de produtos odontológicos, comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e produtos alimentícios em geral, além de poder participar no quadro societário de outras empresas. A Companhia tem sua sede social instalada na Avenida João Ferreira Penna, 147, Bairro Distrito Industrial III, CEP: 14.707-002, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, e possui quatro filiais, situadas nos endereços: Rua Bueno Brandão, 404, Qd. 11 LT A-1, Bairro São João, CEP 75.522-035, no município de Itumbiara, estado Goiás; Rodovia BR-153, S/N, Km 675 Anexo I Lote 35 E 35-C Gleba 07, Setor Fazenda Santo Antônio, CEP 77.420-050, no município de Gurupi, estado do Tocantins; Avenida Talma Rodrigues Ribeiro, 147, Galpão 02, Mod. A/B/C/D/E, Sala 63, Bairro Portal do Jacaraípe, CEP 29.173-795, no município de Serra, no estado do Espírito Santo e Avenida Belmiro Dias Batista, 700, Bairro Distrito Industrial, CEP 14.711-130, no município de Bebedouro, estado de São Paulo. **2. Base para preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Companhia em 29 de fevereiro de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional de uma Companhia é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis inclui julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. **4. Principais práticas contábeis adotadas: 4.1. Apuração de resultado e reconhecimento das receitas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando possa ser mensurada de forma confiável e quando satisfeitas as obrigações de performance. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todas as suas receitas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. **4.2. Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo. **4.3. Distribuição de lucros:** A Companhia reconhece um passivo para efetuar distribuições com desembolso de caixa a sócios quando a distribuição é autorizada e a distribuição deixa de ser uma opção da Companhia. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos sócios. Um correspondente montante é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. **4.4. Ajuste a Valor Presente (AVP):** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e, quando relevantes, os de curto prazo, são ajustados a valor presente em contrapartida às respectivas vendas e compras que lhes deram origem, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores avaliações atuais de mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos respectivos ativos e/ou passivos. **4.5. Imobilizado:** A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: **(i)** o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; **(ii)** o ativo imobilizado da Companhia não é um ativo relevante considerando a natureza de suas atividades operacionais que, basicamente, consiste em revenda de produtos. Os ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	05 anos
Veículos	05 anos
Edificações	25 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu "uso" ou "venda". Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **4.6. Intangível:** Os ativos intangíveis são adquiridos pela Companhia e têm vidas úteis definidas. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

Carteira de clientes	13 anos

4.7. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** custo amortizado; **(ii)** valor justo por meio do resultado; e **(iii)** valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **4.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos (teste de *impairment*): Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **Ativos não financeiros (ativos tangíveis e intangíveis):** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **4.9. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por via de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique as outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. **4.10. Impostos de renda e contribuição social e tributos diferidos:** As provisões de imposto de renda e contribuição social sobre lucro fiscal são calculadas pelo regime de tributação lucro real trimestral, à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela excedente a R$ 240 ao ano para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real trimestral. **4.11. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. **4.12. Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão. **4.13. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia: • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement*); • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8); e • Reconhecimento de impostos diferidos de Tributos sobre o Lucro (Alterações no CPC 32/IAS 12). **Reforma Tributária no Brasil:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária. **4.14. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento). Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a *transações sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante. Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação; • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação. • Acordos de financiamento de fornecedores - alterações ao IAS 7 e IFRS 7. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. • Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2). Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. • Alterações à IAS 21/ CPC 02. Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia.

5. Caixas e equivalentes de caixa:	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	48	65
Bancos conta movimento	1.562	1.517
Aplicações financeiras	29.973	11.479
Total	31.583	13.061

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras de renda fixa são compostas por aplicações em certificados de depósito bancário de emissão de banco considerado de primeira linha, com liquidez imediata e sem desconto. Referidas aplicações são demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço de acordo com as taxas de remuneração contratadas (taxa média 95% CDI).

6. Clientes:	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a receber de terceiros	239.591	194.347
Títulos a receber de partes relacionadas	516	615
Total	240.107	194.962

Parte substancial do saldo de contas a receber de clientes foi concedido em garantia de empréstimos e financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Por considerar baixa a exposição a perdas, a Administração da Companhia **não constituiu provisão para** perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2023. Entretanto, houve o reconhecimento de R$ 1.536 (R$ 1.425 em 31 de dezembro de 2022) de perdas de recebíveis vencidos considerados não recuperáveis pela Companhia, após terem se esgotado todos os recursos de cobrança, na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas. A Administração entende que o seu saldo de contas a receber de clientes possui um rápido giro médio, motivo pelo qual não determina e, consequentemente, não registra o ajuste a valor presente deste ativo financeiro. A seguir demonstramos a composição da rubrica dos títulos a receber por idade de vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	224.545	186.028
Vencidos		
Até 30 dias	10.726	7.480
De 31 a 180 dias	3.964	542
Há mais de 180 dias	872	912
Total	240.107	194.962

7. Estoques:	31/12/2023	31/12/2022
Medicamentos	162.200	133.973
Produtos de higiene pessoal e cosméticos	70.056	47.478
Produtos alimentícios e cuidados com a casa	10.910	7.796
Total	243.166	189.247

A Companhia realizou inventário físico e avaliou a expectativa de realização de seus estoques, com base no giro de suas mercadorias, e concluiu não ser necessário o reconhecimento de provisões para perdas nos seus estoques em 31 de dezembro de 2023. **8. Outras contas a receber:** O saldo de R$ 8.937 (R$ 6.056 em 2022) é composto, substancialmente, por direitos creditórios a receber oriundos de negociações comerciais junto aos fornecedores da Companhia, onde eles reembolsam para a Companhia as margens de lucro pactuadas. Essa operação ocorre quando os pontos de venda, com os quais a Companhia trabalha, comercializam seus produtos com preços e margens inferiores àquelas estabelecidas nas negociações comerciais com os respectivos fornecedores.

9. Imobilizado:	Computadores e periféricos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Software	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso (a)	Prédios, edifícios e galpões	Total
Custo	3.723	16.602	1.735	4.114	818	821	39.223	46	**67.082**
Depreciação	(2.765)	(3.831)	(967)	(2.159)	(792)	(487)	(15.796)	(22)	**(26.819)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**958**	**12.771**	**768**	**1.955**	**26**	**334**	**23.427**	**24**	**40.263**
Custo	3.187	12.939	997	4.328	793	821	33.121	46	**56.232**
Depreciação	(2.159)	(2.520)	(805)	(1.690)	(770)	(454)	(5.280)	(20)	**(13.699)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.028**	**10.419**	**192**	**2.638**	**23**	**367**	**27.841**	**26**	**42.533**
A seguir, a movimentação do imobilizado:									
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**1.028**	**10.419**	**191**	**2.638**	**23**	**367**	**27.841**	**26**	**42.533**
Adições	536	3.664	738	335	25	-	6.102	-	**11.400**
Baixas	-	-	-	(549)	-	-	-	-	**(549)**
Depreciação	(606)	(1.312)	(161)	(852)	(22)	(33)	(10.516)	(2)	**(13.504)**
Baixas depreciação	-	-	-	383	-	-	-	-	**383**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**958**	**12.771**	**768**	**1.955**	**26**	**334**	**23.427**	**24**	**40.263**
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**445**	**1.278**	**105**	**931**	**7**	**400**	**1.141**	**28**	**4.335**
Adições	1.401	11.716	177	2.650	120	-	32.415	-	**48.479**
Baixas	(381)	(2.703)	-	(676)	-	-	(3.497)	-	**(7.257)**
Depreciação	(453)	(951)	(91)	(679)	(104)	(33)	(5.715)	(2)	**(8.028)**
Baixas depreciação	16	1.079	-	412	-	-	3.497	-	**5.004**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.028**	**10.419**	**191**	**2.638**	**23**	**367**	**27.841**	**26**	**42.533**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia imobilizado dado em garantia de empréstimos e financiamentos. A Administração concluiu que não havia quaisquer indicativos de perda em 31 de dezembro de 2023 e 2022 que a levasse a realizar o teste de *impairment* de seu imobilizado. **a) Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos:** Os contratos de arrendamento identificados foram de locação de imóveis e equipamentos, registrados conforme quadro a seguir:

Direito de uso ativo:

2023

Direito de uso	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo final
Imóveis	24.870	6.101	-	(9.751)	21.220
Equipamentos	2.971	1	-	(765)	2.207
Total	27.841	6.102	-	(10.516)	23.427

2022

Direito de uso	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo final
Imóveis	890	29.182	-	(5.202)	24.870
Equipamentos	251	3.233	-	(513)	2.971
Total	1.141	32.415	-	(5.715)	27.841

Passivo de arrendamento:

2023

Passivo de arrendamentos	Saldo inicial	Adições	Movimentação	Pagamentos	Saldo final
Imóveis	25.491	6.101	(27)	(9.198)	22.367
Equipamentos	3.205	1	-	(751)	2.455
Total	28.696	6.102	(27)	(9.949)	24.822
Passivo circulante	7.974	-	-	-	9.910
Passivo não circulante	20.722	-	-	-	14.912
Total	28.696	-	-	-	24.822

2022

Passivo de arrendamentos	Saldo inicial	Adições	Movimentação	Pagamentos	Saldo final
Imóveis	1.305	29.182	(136)	(4.860)	25.491
Equipamentos	254	3.233	-	(282)	3.205
Total	1.559	32.415	(136)	(5.142)	28.696
Passivo circulante	-	-	-	-	7.974
Passivo não circulante	-	-	-	-	20.722
Total	-	-	-	-	28.696

No arrendamento de imóveis contém substancialmente o aluguel do centro de distribuição, com parte relacionada Milamari Empreendimentos e Participações Ltda., descrito na nota explicativa nº 22, sendo R$ 9.128 no circulante e R$ 13.172 no não circulante.

10. Intangível:	Marcas e patentes	Carteira de clientes	Total
Custo	20	9.377	9.397
Amortização	(1)	(4.222)	(4.223)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19	5.155	5.174

	Marcas e patentes	Carteira de clientes	Total
Custo	20	9.377	9.397
Amortização	(1)	(2.815)	(2.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19	6.562	6.581

A seguir, a movimentação do intangível:

	2023	2022
Saldo inicial	6.581	7.989
Adição	-	-
Amortização	(1.407)	(1.408)
Saldo final	5.174	6.581

Refere-se ao valor da carteira de clientes originada da incorporação da J. Moreira Comercial de Alimentos Ltda. (Incorporada), ocorrida em 11 de janeiro de 2021, com uma taxa de amortização de 7,8% a.a. **11. Propriedades para investimento:** Refere-se a imóvel contabilizado a custo como propriedade para investimento no valor de R$ 3.500, conforme escritura pública registrado no livro nº 158 - folhas 257/264 - 1º traslado. Em 31 de dezembro de 2023, o bem permanece disponível para negociações.

12. Fornecedores:	31/12/2023	31/12/2022
Produtos para revenda - terceiros	295.919	265.661
Total	295.919	265.661

A Administração entende que o seu saldo de fornecedores possui um rápido giro médio, motivo pelo qual não determina e, consequentemente, não registra o ajuste a valor presente desse passivo financeiro. Dentre o total dos fornecedores, R$ 2.478 refere-se à operação de risco sacado, cujas condições da negociação são as mesmas comercialmente, não havendo custo financeiro. Portanto, está sendo apresentado como fornecedores.

13. Empréstimos e financiamentos:	Taxas de atualização	31/12/2023	31/12/2022
Capital de giro	CDI + 1,8% a.a.	82.771	29.903
Financiamentos e outros	15,4% a.a.	885	1.540
Total		83.656	31.443
Circulante		76.162	20.092
Não circulante		7.494	11.351
Total		83.656	31.443

A seguir, demonstramos os montantes a pagar por idade de vencimento:

Ano de vencimento	2023	2022
2023	-	20.092
2024	76.162	8.914
2025	7.494	2.437
Total	83.656	31.443

A movimentação dos empréstimos e financiamentos estão junto com as debentures a pagar na nota explicativa nº 14.

14. Debêntures a pagar:	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures a pagar	64.253	63.880
Total	64.253	63.880
Circulante	-	-
Não circulante	64.253	63.880
Total	64.253	63.880

A seguir, apresentamos o detalhamento sobre as principais características do referido instrumento financeiro:

Cronograma da obrigação a vencer relativo às debentures emitidas:

Ano de vencimento	2023	2022
2024	-	-
2025	64.253	63.880
Total	64.253	63.880

A seguir, a movimentação dos empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar:

	2023	2022
Saldo inicial	95.323	109.789
Captação	149.814	273.550
Incorporação	-	-
Atualização de juros	25.414	21.955
Pagamento principal	(97.602)	(288.761)
Pagamento juros	(25.040)	(21.210)
Saldo final	147.909	95.323

Modalidade da debênture: Buscando o contínuo aprimoramento de sua estrutura de capital, em 22 de dezembro de 2020 foram emitidas Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo a primeira série da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, e a segunda série da espécie subordinada, para colocação privada, da Solfarma Securitizadora de Créditos Mercantis S.A. A oferta pública de distribuição das debêntures seniores foi feita com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Instrução CVM 476 e demais leis e regulamentações aplicáveis. **Cedentes, emissora, agentes fiduciário, administrativo, depositário e *rating*: • Cedentes:** Solfarma Comércio de Produtos Farmacêuticos S.A.; **• Emissora/Securitizadora:** Solfarma Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.; **• Agente fiduciário, escriturador e agente de liquidação:** Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; **• Agente administrativo:** Oliveira Trust Servicer S.A.; **• Agente depositário:** Itaú Unibanco S.A.; e **• Agência de rating:** Fitch Ratings Brasil Ltda. **Valor nominal de emissão:** O valor total da emissão é de até R$ 80.000 (oitenta milhões de reais), do qual: **(i)** até R$ 65.000 correspondem ao valor total das debêntures seniores; e até **(ii)** R$ 15.000 correspondem ao valor total das debêntures subordinadas, dos quais foram efetivamente subscritas: **• Em 2020:** R$ 40.348, sendo R$ 35.300 de debêntures seniores e R$ 5.048 de subordinadas, pelo valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real) cada; e **• Em 2021:** R$ 33.947, sendo R$ 29.700 de debêntures seniores e R$ 4.247 de subordinadas, pelo valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real) cada. **Destinação dos recursos:** Os recursos captados por meio da emissão foram utilizados pela emissora para adquirir direitos creditórios junto às Cedentes. Os direitos creditórios são recebíveis originados da venda mercantil de produtos, pelas Cedentes aos seus clientes. **Remuneração das debêntures seniores:** Sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures seniores, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread ou sobretaxa de 4,00% ao ano, base de 252 dias úteis. As debêntures subordinadas não farão jus ao recebimento de qualquer remuneração. A remuneração das debêntures seniores será paga mensalmente a partir da data de emissão, sempre no dia 12 de cada mês, sendo o primeiro pagamento realizado em 12 de fevereiro de 2021 e o último em 12 de dezembro de 2025. **Amortização das debêntures seniores e carência:** O valor será amortizado mensalmente, em parcelas iguais e sucessivas, observado o período de carência de 48 (quarenta e oito) meses, contado da data de emissão, sendo a primeira data de pagamento em 13 de janeiro de 2025 e a última na data de vencimento de 12 de dezembro de 2025. **Garantias prestadas:** Foi celebrado contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios entre a emissora, agente fiduciário e administrativo. Adicionalmente, foi concedida garantia fidejussória, na forma de fiança, prestada pelas cedentes, em garantia ao adimplemento das debêntures Seniores. **Avaliação de *rating*:** Anualmente a operação é submetida à avaliação por agência de rating. A Fitch Ratings atribuiu o *rating* nacional de longo prazo "AAsf(bra)" à emissão destas debêntures seniores da Solfarma Securitizadora de Créditos Mercantis S.A., com perspectiva de *rating* Estável. **Principais *covenants* e obrigações da Companhia:** A Companhia deverá divulgar aos agentes fiduciários, até 30 de março de cada ano, suas demonstrações contábeis auditadas, bem como apuração de índices financeiros específicos, além de outras obrigações padrões para esta modalidade de captação. A Companhia confirma que cumpriu todas as suas obrigações exigidas ao término destas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023.

15. Obrigações trabalhistas:	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	3.679	2.859
Encargos sociais	2.098	1.590
Outros benefícios de curto prazo	1.731	1.177
Total	7.508	5.626

16. Tributos a recolher:	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamentos tributários	5.091	6.354
ICMS a pagar	1.196	1.080
IRPJ e CSLL a pagar	582	1.693
Outros impostos a pagar	1.116	1.117
Total	7.985	10.244
Circulante	4.151	5.153
Não circulante	3.834	5.091
Total	7.985	10.244

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social a pagar relativa ao exercício de 2023 está demonstrada na Nota Explicativa nº 24. **17. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia está representado pelo montante de R$ 6.382 (mesmo valor em 2022), representado por 6.382.490 ações, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma delas. **Reservas de lucros: Reserva legal:** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **Reserva de incentivos fiscais:** É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia. **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Não houve saldo acumulado em 31 de dezembro de 2023 (o saldo em 2022 era R$ 2.352). Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, exceto a de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia. Portanto, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, caso existente, na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **Dividendos:** Os lucros líquidos apurados em cada exercício, após as deduções legais, terão a seguinte destinação: **(i)** 5% para a constituição de reserva legal; **(ii)** 25% para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, nos termos do artigo 202, da lei nº 6.404/76; e **(iii)** o saldo ficará à disposição para o que for determinado em Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após a destinação da reserva legal, apurou-se um dividendo mínimo obrigatório de R$ 2.151. O excedente distribuído no montante de R$ 8.804 será aprovado em Assembleia Geral a ocorrer até 30 de abril de 2024. Portanto, durante o exercício de 2023 foram distribuídos dividendos num total de R$ 10.955.

18. Receita líquida de vendas:	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta das vendas		
Vendas de produtos no mercado interno	1.781.500	1.484.088
Impostos e contribuições sobre vendas	(70.429)	(60.893)
Descontos e devoluções sobre vendas	(29.079)	(21.196)
Total	1.681.992	1.401.999

O crescimento nas receitas em relação ao exercício anterior está substancialmente relacionado aos seguintes aspectos: **(i)** crescimento no volume de vendas; **(ii)** reajuste da inflação por meio da tabela de preços da Anvisa; e **(iii)** incremento nas vendas junto a parceiros estratégicos. **19. Custo dos produtos vendidos:** A rubrica "Custo dos produtos vendidos", registrada no montante de R$ 1.386.262 (R$ 1.151.711 em 2022), **é composta** pelos recursos empenhados na compra das mercadorias vendidas pela Companhia.

20. Despesas comerciais, gerais e administrativas:	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(84.925)	(68.243)
Despesas com logística	(42.976)	(36.012)
Serviços de terceiros	(21.881)	(15.866)
Despesas comerciais	(16.642)	(13.470)
Depreciação e amortização	(14.911)	(9.435)
Uso e consumo	(11.749)	(10.479)
Seguros	(1.429)	(926)
Despesas tributárias	(1.013)	(2.586)
Despesas de viagem	(455)	(290)
Outras despesas	(5.969)	(7.465)
Total	(201.950)	(164.772)

21. Resultado financeiro líquido:	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures	(25.414)	(18.880)
Descontos concedidos	(9.084)	(11.119)
Tarifas, taxas e IOF	(5.106)	(3.727)
Outras despesas financeiras	(1.316)	(1.590)
Total	(40.920)	(35.316)
Receitas financeiras		
Juros ativos	2.064	1.506
Descontos obtidos	3.466	977
Outras receitas financeiras	1.016	990
Total	6.546	3.473
Resultado financeiro líquido	(34.374)	(31.843)

22. Transações com partes relacionadas: As informações a seguir apresentam mais detalhes sobre as transações e o valor total das operações que tenham sido celebradas com partes relacionadas para os exercícios sociais correspondentes. **Remuneração de pessoal-chave da Administração:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, que contempla a direção, totalizou R$ 384 mil (mesmo valor em 2022), registrados no grupo de despesas comerciais, gerais e administrativas. A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho. **Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de compra e venda entre Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Nome da parte relacionada	Exercício de 2023: Vendas	Exercício de 2023: Compras	Em 31/12/2023: Ativo	Em 31/12/2023: Passivo
Drogacentro Com. Produtos Farmacêuticos Ltda **(i)**	4.085	312	502	-
Milamari Empreendimentos e Participações Ltda. **(ii)**	-	-	-	22.300
Outros **(i)**	137	6.983	14	-

Nome da parte relacionada	Exercício de 2022: Vendas	Exercício de 2022: Compras	Em 31/12/2022: Ativo	Em 31/12/2022: Passivo
Drogacentro Com. Produtos Farmacêuticos Ltda. **(i)**	3.300	452	607	-
Outros **(i)**	139	3.975	8	-

(i) Referente substancialmente **à** negociação de produtos para revenda, cujos preços e condições são definidos pelas partes a cada transação, sem a realização de contrato de fornecimento por prazo definido. **(ii)** Referente ao arrendamento do centro de distribuição com a parte relacionada Milamari Empreendimentos e Participações Ltda., demonstrado na nota de arrendamento nº 9 (a). **23. Instrumentos financeiros: Gerenciamento dos riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos da Companhia. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados a seguir: **Exposição ao risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	31.583	13.061
Clientes	240.107	194.962
Total	271.690	208.023

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	295.919	265.661
Arrendamentos a pagar	24.822	28.696
Empréstimos e financiamentos	83.656	31.443
Debênture a pagar	64.253	63.880
Outras contas a pagar	3.140	1.472
Total	471.790	391.152
Circulante	384.913	295.199
Não circulante	86.877	95.953
Total	471.790	391.152

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Análise de sensibilidade:** A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade que apresenta uma estimativa dos possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido, caso ocorressem mudanças na variável de risco relevante razoavelmente possíveis naquela data. **Premissas:** A Companhia entende que está exposta principalmente ao risco de variação positiva do CDI, que é base para atualização dos empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar, uma vez que os saldos dessa conta são superiores às aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa. A taxa considerada na sensibilidade foi extraída do sistema expectativas, do Banco Central do Brasil.

Premissas	Cenário razoavelmente possível
Aumento (redução) da taxa do CDI	
Empréstimos e financiamentos e debêntures	10,67%
Aplicações financeiras	10,67%

Análise da Administração:

Instrumento financeiro	Fator de risco	Risco direcional	Cenário razoavelmente possível
Aplicações financeiras	Taxa de juros	Aumento da taxa do CDI	710
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros	Aumento da taxa do CDI	(3.505)

24. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Lucro real	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do IRPJ e CSLL	58.994	55.724
IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(20.058)	(18.946)
Adições e exclusões permanentes	(367)	(397)
Crédito presumido de ICMS	15.411	13.294
Compensação de prejuízos trimestrais	-	24
Total IRPJ e CSLL corrente	(5.014)	(6.025)
Imposto de renda de pessoa jurídica	(3.657)	(4.395)
Contribuição social sobre lucro líquido	(1.358)	(1.630)
Total	(5.014)	(6.025)
Alíquota efetiva	8%	11%

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía saldos de prejuízos fiscais. **25. Contingências passivas:** A Companhia é parte integrante em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais a Administração julgou pela não necessidade de constituição de provisão com base na opinião de seus consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2023, os processos envolvidos neste contexto possuem natureza tributária e trabalhista no montante de R$ 8.226 (R$ 6.728 em 31 de dezembro de 2022), cuja materialização na avaliação dos assessores jurídicos é possível de perda, mas não provável. **26. Cobertura de seguros:** A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. A Companhia mantém cobertura para todos os produtos transportados no país. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia. A Companhia possui seguro patrimonial de imóveis, mercadorias em trânsito e veículos. **27. Compromissos contratuais:** Em 21 de maio de 2021, a Companhia ("locatária") firmou o instrumento particular de contrato de locação comercial com a Milamari Empreendimentos e Participações Ltda. ("locadora"), pelo qual assumiu a obrigação de locação do imóvel localizado na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo, na rodovia Armando de Sales Oliveira, km 398. A locadora se responsabilizou a construir um centro de distribuição no referido local, conforme especificações contratuais definidas para atendimento das necessidades operacionais da Companhia, a ser entregue em até treze meses da data do referido contrato. Durante o mês de junho de 2022, a Companhia passou a usufruir dos direitos de uso, mediante ao término da construção e início das atividades operacionais no imóvel. Dessa forma, a partir dessa data, a Companhia passou a registrar os compromissos deste contrato como arrendamento mercantil, cujos efeitos estão demonstrados na Nota Explicativa nº 9 (a). O prazo da locação é de 60 meses, com término previsto para abril de 2026. A Companhia é responsável pelo pagamento do aluguel, que será reajustado a cada período de 12 meses pelo índice de inflação "IPCA", divulgado pelo IBGE. Em 31 de dezembro de 2023, este valor ajustado era de R$ 863. Esses aluguéis foram utilizados no âmbito da operação de securitização e como lastro para pagamento dos CRI. Portanto, o fluxo de pagamento dos aluguéis não poderá ser interrompido ou reduzido. A Milamari Empreendimentos e Participações Ltda. emitiu uma Cédula de Crédito Imobiliário "CCI", representativa da integralidade dos direitos creditórios originados desse fluxo de aluguéis, pela qual cedeu os créditos imobiliários desta CCI para a Travessia Securitizadora S.A. para servir de lastro da Operação de Securitização e emissão de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), que possui as principais características: **• Agente fiduciário:** Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; **• Ambiente de distribuição, negociação, liquidação financeira e custódia eletrônica:** B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); **• Emissão:** 1ª (primeira); **• Série:** 50ª (quinquagésima); **• Quantidade de CRI:** 26.000 (vinte e seis mil); **• Valor total da emissão:** R$ 26.000 na data de emissão dos CRI. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo atualizado era de R$ 22.300; **• Valor nominal unitário:** R$ 1 (um mil reais), na data de emissão dos CRI; **• Prazo total:** 60 (sessenta) meses. Em 31 de dezembro de 2023, o prazo remanescente era de 28 meses; **• Remuneração:** sobre o valor nominal atualizado dos CRI incidirão juros remuneratórios correspondentes à 7,00% (sete por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis; **• Atualização monetária:** sobre o valor nominal unitário dos CRI será considerado 100% da variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis; e **• Periodicidade de amortização:** tiveram início em 22 de junho de 2022 e término em 22 de abril de 2026, pagos mensalmente.

Diretoria

Wagner José Zanardo - Diretor Presidente

Contador

José Angelo Navarro - CRC SP 207740/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Solfarma Comércio de Produtos Farmacêuticos S.A.** - Bebedouro - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Solfarma Comércio de Produtos Farmacêuticos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 29 de fevereiro de 2024. **Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.** - CRC 2SP-037.321/O-0 F SP. **Marcelo Castro Valentini** - Contador CRC 1SP-239.472/O-2.

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 26/03/2024 21:29:06 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*